

## A dor do esquecimento: as marcas da ditadura Vargas no Oeste de Santa Catarina

Eunice Sueli Nodari\*

*Nós tínhamos que ir cada domingo, eles chamavam, nós tínhamos que ir nos apresentar no quartel ali em Linha Becker para mostrar que ainda estávamos aqui (Dietz, 1998).*

**Que significado pode ter** a afirmação acima para uma jovem mulher na época da ditadura Vargas? Com que olhar poderemos analisá-la, uma vez que o depoimento foi dado por ela já idosa? Durante o Estado Novo, tanto a memória como a identidade foram utilizadas para homogeneizar a memória e a identidade nacional. Os discursos do governo e as suas ações reforçaram a ideia da construção de uma “nova” identidade nacional. Nesse momento histórico em especial, tanto as identidades como as memórias são construções políticas e sociais, e devem ser tratadas como tais. E aqui se insere a história, pois segundo John Gillis (1994, p. 5) é impossível dar a ambas a posição de objetos naturais, tratando-as como “fatos” com vida fora da linguagem. Identidades e memórias não são coisas *sobre* as quais se pensa, mas sim coisas *com* as quais se pensa. Como tal, elas não existem fora da política, das relações das pessoas e de suas histórias.

---

\* Professora do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

## Decodificando e discutindo conceitos

Partindo da ideia de que as identidades locais, regionais e nacionais são construídas como qualquer outro fato histórico, é delegado a nós, historiadores(as), a responsabilidade de decodificá-las para descobrir as relações que as criam e as mantêm. É necessário fazermos ainda a distinção entre dois termos que, muitas vezes, acabam se entrelaçando, mas que exigem que se faça uma diferenciação entre eles: memória e história. Pierre Nora (1993, p. 9) as vê em lados opostos: enquanto a primeira é um fenômeno sempre atual e em constante evolução, aberta tanto à dialética da lembrança como à do esquecimento, e vulnerável a usos e manipulações, a segunda é uma representação do passado. Enquanto a memória se alimenta de lembranças vagas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, a história, por ser uma operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. Dessa forma, se uma instala a lembrança no sagrado, a outra a dessacraliza porque é uma operação intelectual e crítica que trabalha com cortes temporais – e, necessariamente, acaba problematizando a memória. O contraponto da memória, que se enraíza no concreto, no espaço, na imagem e no objeto, é a análise histórica, que toma o passado não como seu, mas como uma representação, não como vivência, mas como o desejo de compreendê-lo, de torná-lo inteligível (Maluf, 1995, p. 44).

Para reconstruir essas histórias, nos valem ainda dos referenciais de Raphael Samuel, que nos alerta para a existência de verdades que são gravadas somente nas memórias de pessoas idosas, eventos do passado que só elas podem nos contar, imagens sumidas que só elas podem lembrar, ajudando a esclarecer discrepâncias aparentes na documentação existente (Samuel, 1989/1990, p. 230). Entretanto, o autor nos adverte para que estejamos atentos, pois a memória não é de forma alguma um receptáculo passivo, ou um sistema de armazenamento, um banco de imagens do passado; ela é, isto sim, uma força ativa e modeladora, ou seja, ela é dinâmica – o que ela sintomaticamente planeja esquecer é tão importante quanto o que ela lembra – e está dialeticamente relacionada ao pensamento histórico, em vez de ser apenas algum tipo de seu negativo (Samuel, 1996, p. ix-x).

Assim, ao utilizarmos a metodologia da História Oral, temos de ter consciência de que a memória é historicamente condicionada e que ela

muda de cor e forma de acordo com as emergências do momento; e, longe de ser transmitida pelo modo intemporal da “tradição”, ela é alterada, progressivamente, de geração em geração. “Assim como a história, a memória é inerentemente revisionista e nunca mais camaleônica como quando parece permanecer igual” (SAMUEL, 1996, p. x). O que nos leva à citação que inicia este artigo, cujo teor irá permeá-lo.

### Em busca de novos espaços socioeconômicos e culturais

O Oeste de Santa Catarina teve o auge da sua colonização na primeira metade do século XX. Isso não significa dizer que várias áreas não estivessem ocupadas por indígenas e caboclos já nos séculos anteriores. Entretanto, para o padrão previsto pelo governo federal e estadual, a ocupação efetiva se deu a partir da vinda, principalmente, de migrantes teutos e ítalo, oriundos em sua maioria do Rio Grande do Sul, além de imigrantes alemães, italianos e de outras etnias. Foi um processo conduzido por companhias colonizadoras que tentavam trazer o modelo “ideal de pessoas” para ocupar a região.

O Oeste catarinense, além de ser a última área a ser ocupada no estado, também tem características distintas das demais regiões, em vários aspectos. A região, como a conhecemos atualmente, teve a sua anexação definitiva ao estado de Santa Catarina no ano de 1916, após a solução do conflito do Contestado, que definiu os limites entre Santa Catarina e Paraná. A partir do reconhecimento do acordo em 1917, o governo de Santa Catarina cria os municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro/Joaçaba e Chapecó – os dois últimos situam-se na área denominada de Oeste de Santa Catarina, o foco do nosso trabalho.

O processo de estabelecimento na região é acelerado a partir da década de 1930 com grupos de colonos atraídos por diferentes tipos de propaganda, mas que, em sua maioria, tinham entre as principais motivações a busca da manutenção de seu padrão socioeconômico e cultural, e mesmo a melhoria dele (Nodari, 2009). Era dado a entender a essas pessoas, por diferentes meios (pelos quais avaliavam as condições da região), que elas poderiam manter suas famílias unidas devido à grande oferta de terras e que teriam condições de construir comunidades de acordo com a sua cultura étnica, enquanto a renegociação dessas práticas socioculturais,

impostas no decorrer do período, não havia sido cogitada por eles. As informações que permitiam uma avaliação e uma escolha chegavam por agentes das companhias colonizadoras, por cartas de familiares e de amigos que já haviam migrado, notícias e propagandas publicadas nos jornais e anúncios nos rádios, livros, manuais, panfletos, almanaques e pregações de padres e pastores.

### O processo de nacionalização em marcha

Ao se discutir o processo de nacionalização em Santa Catarina, imediatamente vêm à mente as primeiras colônias alemãs, como Blumenau e Joinville, afinal os traços étnicos ali eram bem visíveis na época. A maioria dos imigrantes desses dois municípios havia se estabelecido ainda no século XIX e se encontrava bem estruturada tanto nos aspectos econômicos como nos sociais e culturais. Enquanto o período da campanha de nacionalização, empreendida pelo Estado Novo, coincidiu com a fixação das novas colônias no Oeste.

Dessa forma, os grupos étnicos que estavam se organizando foram surpreendidos num momento de fragilidade. Esse fator exigiu das etnias no Oeste de Santa Catarina uma renegociação imediata e contínua para facilitar a sua permanência física e garantir a sua sobrevivência no local. As atitudes e ações efetivadas pelas autoridades locais, estaduais e federais não foram de forma alguma mais brandas do que no restante do estado. A diferença é que o processo foi mais moroso devido à própria localização geográfica e à distância em relação à capital do Estado, o que dificultava ações imediatas das autoridades governamentais.

A ditadura Vargas e seus efeitos nocivos sobre a população eram abafados na imprensa local e regional, que mostrava os aspectos positivos, tentando passar à população da região a imagem de que os grupos étnicos eram os únicos culpados e estavam cometendo todos os erros possíveis. Situação que muitas vezes era acentuada por moradores da própria localidade.

A imposição do uso da língua nacional sob uma rígida fiscalização do Estado foi um dos elementos capazes de afirmar uma ordem social baseada em uma nova hierarquia e acabou sendo o principal fator de controle da população de origem teuta no Oeste de Santa Catarina.

O controle atingiu não somente as cidades, mas também as vilas e comunidades rurais onde, devido ao modelo de colonização implementado à época, separando-as por etnias e/ou religião, havia a concentração desses grupos étnicos. Essas comunidades menores onde a língua falada no dia a dia era o alemão eram as mais visadas pelas autoridades, e até mesmo por membros das comunidades que acabavam delatando as pessoas sem se preocupar com possíveis injustiças.

A dualidade dos alemães e seus descendentes em todo o Sul do Brasil, manifestando de um lado o respeito à pátria de origem, a Alemanha, e a manutenção das tradições, e por outro expressando a sua lealdade política ao Brasil, inevitavelmente foi questionada na nova ordem do Estado Novo, pois a preservação dos hábitos e costumes não atendia “aqueles considerados pertinentes à conservação dos princípios de brasilidade, pois mantinham formas de comportamentos semelhantes às de suas pátrias de origem” (CAMPOS, 1992, p. 64). Essas persistências acabaram dando a motivação para o processo de nacionalização que foi desencadeado. Nessas conjunturas, as atenções do governo brasileiro voltavam-se para as áreas onde grupos suficientemente grandes de imigrantes e descendentes, considerados culturalmente estrangeiros, estavam concentrados e, então, passaram a ser vistos como uma ameaça à integridade nacional.

Para esses imigrantes alemães e descendentes, poucas vezes havia sido questionada a sua nacionalidade como identidade étnica. O que significava para eles fazer parte de uma nação e ter de se identificar com ela? O mundo deles se resumia à vida comunitária baseada na vida familiar, além da escola e da igreja que frequentavam, e onde todos eram da mesma etnia. Contatos com o mundo exterior eram raros, pois passavam o dia trabalhando na agricultura ou em outros afazeres relacionados à vida cotidiana. Notícias chegavam até eles através do rádio, quando o tinham, ou por intermédio da revista *Saint Paulusblatt*, pertencente à Igreja Católica no caso dos moradores de Itapiranga. O que significava para eles ter uma cultura de identidade nacional? Que conjunto de significados e valores os representava?

## Modificando o cotidiano para se adequar

Para o presente trabalho, a nossa ênfase é dada ao então distrito de Itapiranga, pertencente ao município de Chapecó, não impedindo que se

mencionem situações ocorridas em outras localidades. Enquanto o distrito de Mondai era visado pelas autoridades do Estado Novo por ser um polo de teutos protestantes, Itapiranga se destacava mais ainda, pois além dos teutos católicos oriundos do Rio Grande do Sul, havia também grupos provenientes diretamente da Alemanha. Em 1937, Itapiranga contava com 4 mil habitantes distribuídos em 17 comunidades, de acordo com a Sociedade União Popular (*Volksverein*) (Jungblut, 2005, p. 110). Já o censo oficial apontou que, em 1940, o distrito, com uma área de 1.493 quilômetros quadrados, tinha 4.813 habitantes, sendo 2.550 homens (52,98%) e 2.263 mulheres, e 94,8% viviam na zona rural (Jungblut, 2005, p. 110).

Nas entrevistas realizadas, notamos as profundas marcas provocadas, já que muitos que haviam deixado a Alemanha com medo de outra guerra acabaram sofrendo, no Brasil, as perseguições e humilhações dos agentes policiais, como Maria nos relatou: “Nós tínhamos que ir cada domingo, eles chamavam, nós tínhamos que ir nos apresentar no quartel ali em Linha Becker para mostrar que ainda estávamos aqui” (Dietz, 1998).

Além de denúncias e controles diretos sobre a população considerada “perigosa”, nem sempre as medidas necessárias eram tomadas para que houvesse a integração desejada pelo governo federal e que acabavam afetando a vida cotidiana dessas pessoas. A implementação da política de nacionalização não previa casos específicos em certas comunidades, o que gerava problemas para as crianças em idade escolar, e para os seus professores, como foi mostrado no periódico regional *A Voz de Chapecó*, no dia 23 de julho de 1939:

De certo tempo a esta parte vem se falando, com grande insistência, em nacionalização do ensino primário, a fim de extinguirmos quistos raciais ou impedir o seu desenvolvimento. Refere-se essa expressão aos meios coloniais, que vão levando vida completamente estranha à história, tradições e finalidade brasileiras. [...] Nossa opinião imparcial e despida de paixões é que até a presente data muito pouco se tem feito para sanar o grande mal. Digamos mais claramente, neste município, tudo está por se fazer.

A notícia prossegue mostrando que a situação no município de Chapecó, do qual o distrito de Itapiranga fazia parte, era caótica no que se refere ao controle dos estrangeiros:

Os núcleos contaminados por influência estrangeira, estrangeiros continuam em todo o seu existir. Uma população aproximada a dez mil almas, que, tal é a que ocupa a zona compreendida entre os baixos rios Chapecó e Peperi, quer se identificar com a nossa vida nacional mas não tem os meios que de direito lhe cabem e era do nosso dever lhe fornecer, isto é, boas escolas e professores competentes.

Até a emergência do Estado Novo, essas comunidades que estavam se estabelecendo não haviam sofrido censuras quanto ao uso da língua alemã. Todas as prédicas e cantos, tanto nas igrejas protestantes como nas católicas, nos meios coloniais, eram feitas em alemão, “antes da lei federal que as proibiu, e cuja execução só se efetuou, após o estado-de-guerra reconhecido pelo Brasil em relação aos países do eixo” (D’Aquino, 1942, p. 40-41). A partir do momento em que essas pregações foram proibidas, muitas pessoas iam à missa ou ao culto do domingo, especialmente as mulheres, sabendo que não entenderiam nada das pregações feitas pelo padre ou pastor. A chegada da notícia da proibição da fala da língua é assim relatada no dia 1º de fevereiro de 1942:

Pequeno festival com teatro ensaiado pelo teólogo Luiz Heinen e Pe. Seidel, feito em português. Para atrair mais gente organizou-se a quermesse. Tudo corria bem quando em meio à festa veio o delegado com o telegrama pelo qual era proibido falar alemão. O Pe. Seidel leu o telegrama e o explicou aos presentes e pediu que os que sabiam falar português falassem e os outros por aquele dia ainda poderiam falar alemão. Tirou isso a boa disposição da festa. Muitos se retiraram (SCHWADE, 1977).

A polêmica de pregar em alemão, ou não, foi resolvida no dia 22 de fevereiro de 1942 com a visita do subdelegado e do coletor ao vigário, intimando-o a obedecer: “Que ele não pregasse mais em alemão, que eles tinham ordem de cuidar da nacionalização, e que se o vigário continuasse a pregar em outro idioma, deveria acusá-lo como principal obstáculo à nacionalização” (Schwade, 1977).

Não foram somente os rituais da missa ou culto que foram alterados. Os livros de reza e cantos, que no entender dos fiéis não representavam

perigo algum, eram algo muito caro a eles, tanto que, para defendê-los, enfrentavam as autoridades militares. É o que nos conta a entrevistada Ledvina, lembrando a invasão da igreja de Itapiranga por soldados do destacamento: “Até o Inácio Werlang, estava em cima, na parte alta dentro da igreja, gritou quando os soldados queriam tirar os livros de alemão na igreja. Até ele gritou – ‘não entreguem os livros’. Levaram ele preso e os livros também” (Michels, 1998). Os livros eram queimados após a apreensão, levando assim algo de muito valor sentimental dessas pessoas. Para a população, era muito difícil entender que as diversas práticas socioculturais, como a pregação na igreja e a leitura de textos religiosos na língua alemã, agora estavam sendo criminalizadas.

### A língua alemã como referencial étnico e limitador da liberdade de expressão?

A vida em família também estava sendo vigiada, e as pessoas sofrendo sanções públicas por isso. Foi o caso de dois professores demitidos por falarem a língua alemã em suas casas e, assim, não representarem um bom exemplo para as crianças: “[...] não pratica no seu lar a língua nacional, pois tem matriculado na escola que rege, uma filha que não fala e nem compreende o português” (D’Aquino, 1942, p. 125-126).

Algumas atitudes da repressão iam à beira do absurdo e eram contestadas até mesmo por algumas autoridades policiais. É o que comenta o padre Luiz Heinen: “Muito colono foi preso por falar em alemão aos bois, cavalos e animais de estimação como sempre fizera” (Heinen, 1997, p. 157). Um desses fatos é narrado pelo padre Albino Schwade em sua obra manuscrita que tem como título *Pesquisa histórica, resumo histórico sobre Itapiranga*, baseado nos Livros Tombo e Diários da Casa Canônica, onde relata que, no dia 3 de junho de 1944, “o soldado Noel prende pela 2ª. vez o senhor F., porque a senhora dele falara alemão com a vaca. Esbofeteou-o em plena rua e deixou-o 24 hs. sem cama e nem comida na cadeia...”. Mais adiante relata que, após uma avaliação, o soldado sofreu sanções pelo seu ato.

A sanção nos leva a alguns questionamentos, pois quem cometeu o “delito” foi a esposa, e quem foi preso foi o esposo. O que podemos deduzir desse episódio? O alvo teria sido o homem, e a fala da mulher com



o animal teria sido usada como pretexto para atingi-lo? Ou, caso prendessem uma pessoa do sexo feminino, a repercussão seria muito grande na comunidade, afinal era uma mãe de família e os valores entre eles eram muito claros? Ou, ainda, o marido era considerado responsável pelos atos da esposa? Vale mencionar que não constatamos no decorrer das nossas entrevistas e pesquisas a prisão de nenhuma mulher na região por questões étnicas durante a Era Vargas.

O que se observou no decorrer das entrevistas é que várias mulheres, cujos maridos haviam sido presos, sofreram pressões e mesmo torturas psicológicas para que contassem aspectos que pudessem incriminá-los. Uma das nossas entrevistas mostra que houve tortura física, além da psicológica.

Uma das comunidades de Itapiranga, denominada Linha Presidente Becker, era composta de alemães emigrados para o Brasil entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, provenientes de diferentes regiões da Alemanha. Alguns se adaptaram bem, como foi o caso do pai da Sra. Maria Lucia, Josef Kuck, que junto com sua esposa, Ana Kuck, migrou da Prússia Oriental em 1934. Apesar de quererem retornar à Alemanha nos primeiros tempos, de acordo com a filha, já nascida no Brasil, eles não tiveram maiores problemas durante a Era Vargas. O pai sabia falar português, já a mãe nunca aprendeu (Goerck, 1998).

Outros desses imigrantes, caso pudessem, teriam retornado à Alemanha, pois as atrocidades das quais haviam fugido estavam acontecendo também no Brasil. O principal fator de impedimento desse retorno era financeiro, pois haviam gasto todas as economias na compra das passagens e das terras, além de se encontrarem em débito com a colonizadora.

O que esses imigrantes tinham em comum era a língua alemã, como língua materna, mesmo que fossem dialetos distintos. Era a única que conheciam e praticavam, além de ajudá-los a manter vínculos estreitos com familiares residentes na Alemanha. Eram as mulheres desses imigrantes que sofriam mais com a proibição do uso da língua, pois muitas delas não haviam frequentado a escola no Brasil no período em que as aulas eram ministradas em português e, por se dedicarem exclusivamente às lides domésticas, fossem elas dentro de casa, nas plantações e criações ou com a educação dos filhos, não haviam sentido, até então, a necessidade de aprender a língua portuguesa. Assim, elas se recolhiam cada vez mais em suas casas e se sentiam vigiadas.

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, foram efetuadas diversas prisões de alemães e descendentes. No mês de agosto de 1942, “os considerados mais perigosos, ou os graúdos, como dizia o povo, foram levados à Casa de Correção em Porto Alegre. Dentre eles, 33 eram de Mondai e alguns de Itapiranga: Adão Eidt, Antonio Kliemann e Egon Berger, todos ex-dirigentes integralistas...” (Jungblut, 2005, p. 148). Já os presos considerados menos perigosos foram levados a Chapecó, a maioria deles da Linha Becker.

Nesse mesmo período, um grupo de imigrantes alemães se organizou para buscar refúgio em São Pedro, na Argentina, tendo em vista que Itapiranga faz fronteira com aquele país, fugindo assim da possibilidade de serem presos no Brasil. O grupo contava inicialmente com mais de 20 pessoas, entretanto acabou com 13 homens enfrentando a jornada, e grande parte dos que desistiram acabou presa. Após a fuga, a vigilância e as pressões aumentaram no distrito de Itapiranga pelo fato de fazer divisa com o Rio Grande do Sul e fronteira com a Argentina, o que facilitava a evasão das pessoas. Como as mulheres permaneceram no Brasil, tiveram de assumir todas as tarefas antes exercidas, em parte, pelos homens da família. Além disso, toda a pressão das autoridades policiais recaiu sobre elas, gerando sofrimentos. O relato a seguir é feito por D. Maria, que mais tarde se casou com um dos que haviam se refugiado na Argentina. O marido de Maria, o Sr. Alfons Dietz, migrou para o Brasil quando criança, com seus pais; ela é natural de Braço do Norte (SC), mas seus avós emigraram para o Brasil no século XIX, oriundos da Westfália (Alemanha). Maria e Alfons começaram a namorar quando ele voltou da Argentina: “Ele tinha uns 17, 18 anos eu acho e depois eram dois anos e meio na Argentina e daí eles voltaram. E não aconteceu nada depois, porque não tinha mais nada”. As lembranças de todos os episódios de terrorismo cometido pelas autoridades policiais contra a mãe de seu futuro marido ainda estão muito nítidas para ela:

[...] E a mãe do Alfons, eles também trataram a mãe, ela ficou aqui, Deus me livre a coitada, eles sempre falaram que ela tinha escondido, ela não, mas sim o marido e como ele escapou, que tinham escondido todas as armas aí na igreja velha, eles procuraram, quase viraram a igreja e não acharam... nunca sabiam de uma coisa destas, não tinham armas, não tinham mesmo, eles disseram

que tinha e ela tinha que saber, ela não sabia de nada. O meu marido pode contar isto... (era a mãe dele) Mein Got! (a partir daqui a maior parte da conversa é em alemão) (Dietz, 1998).

Não obtendo a confissão desejada em relação às supostas armas que os alemães teriam escondido, os policiais apelaram para a tortura física contra a mulher, que, acima de tudo, não compreendia o que eles falavam, pois não entendia a língua portuguesa. Os fatos são lembrados novamente por D. Maria:

Os soldados afiaram palitos e enfiaram embaixo de cada unha da minha sogra. Tinha que dizer onde estão as armas, mas ela disse: – por Deus eu digo, eu não sei de nada, mas eles disseram que tu sabes, mas ela não sabia de nada, ela quase ficou louca. Ela depois ficou escondida em nossa casa por tempo, ela não comia mais nada, só chorava, e depois o marido já tinha ido embora há quanto tempo eu não sei. [...] (Dietz, 1998).

A comunidade aprendeu a achar formas distintas de solidariedade e mesmo de sobrevivência em momentos de tensão. Vejamos um exemplo:

Então eles já estavam do outro lado, o meu [futuro] marido, o irmão dele e o Werno, eles voltaram do Macuco até aqui, se escondendo até aqui, Linha Becker, para pegar suprimentos, os outros já estavam mais para dentro e neste meio tempo, já colocaram a guarda lá no Peperi [marco] e então os dois não puderam voltar para a Argentina ir ao encontro dos outros, tendo que ficar aqui escondidos. O Werno foi para a cidade, e como os meus irmãos eram os melhores amigos dos dois Dietz, não que nós já namorássemos, nós éramos bem jovens, eu jamais pensei isso... (Dietz, 1998).

A maioria dos membros da comunidade era solidária e se protegia como grupo, pois essa é uma das características da etnicidade, o sentimento de pertencimento, que aparece mais forte nas situações de conflito:

Então o meu pai com pena perguntou aonde poderíamos escondê-lo, ninguém o queria... Então meu pai falou então vamos escondê-lo

no mato por algumas semanas, e assim construímos uma cabana ele ficou morando no nosso mato por um tempo e de noite quando víamos que não tinha perigo algum ele comia na mesa conosco, mas durante o dia tínhamos que levar comida, assim lutamos por 6 semanas, e jamais pensamos que um dia se tornaria meu marido e genro do meu pai. Durante este tempo as pessoas procuraram tanto inclusive pela nossa roça para frente e para trás (Dietz, 1998).

Porém, era também um período em que havia delatores, vizinhos que, talvez para não sofrerem perseguições, se tornavam aliados dos policiais e ajudavam na busca dos três que haviam retornado. Mas, como afirma D. Maria:

tivemos sorte e ele sempre trabalhava, mas estava sempre atento e quando notávamos alguma coisa acenávamos e ele sumia. Assim nós ficamos com ele até quando se tornou impossível, estavam procurando tanto, que até meu pai poderia ser acusado. Não era fácil ficar com um foragido (Dietz, 1998).

A falta de preparo para situações inusitadas gerava tensões, especialmente para as mães dos rapazes alemães que estavam indo em direção ao desconhecido.

E então a minha mãe, me lembro até hoje, a Frau Wolfart e a Frau Dietz estavam juntas, e as alemãs não tinham nem ideia do que mandar junto, do tipo de comida para não morrerem de fome no mato, nós não sabíamos nada deles por um tempo, se haviam atravessado ou não. Então minha mãe disse, isso me lembro e conto até hoje, ela tinha salame, então eu ponho salame, um pouco de arroz e o terço (Dietz, 1998).

A questão da fé estava presente em todos os momentos na vida dessas mulheres. D. Maria relembra o que a sua mãe disse para Alfons: “Você também leva o terço e disse – quando nada mais dá certo, então quem sabe então vai – ela disse mais uma vez”.

Nas lembranças das nossas depoentes, temos ainda aspectos que seriam cômicos se não fossem trágicos, como no relato de D. Maria:

E o Alfons disse que não queria levar muito porque a mãe dele também estava aprontando alguma coisa em casa. O que ela aprontou? A minha mãe já tinha experiência do que levar pois já tinham trabalhado no mato. Ela tinha preparado só pão de milho como era antigamente e pesado ainda. E só chovia e eles tiveram que caminhar por 7 dias no mato até chegar até onde os outros estavam, eles não tinham nada seco com eles para trocarem, paravam nas árvores, e ele ainda era novo, mas não esquece isso, eles tinham que parar na árvore.

O que chama a atenção é a bagagem de um dos jovens que optou por se refugiar na Argentina. Em vez da preocupação com suprimentos, ele aproveitou e levou livros, que se tivessem ficado na vila seriam recolhidos e queimados pelos policiais:

O Werno tinha com ele um pequeno pelego, aquele que se usava naquele tempo para andar a cavalo, ele se cobria com isso, levantava os bambus, tinha bastante taquaras naquele tempo, e tirava os livros para ler, ele havia levado somente um saco de livros em vez de suprimentos, de comida ele levou livros para ler, não era professor, tinha só livros para ler, de vez em quando fazia fogo com as taquaras e ficava lendo (Dietz, 1998).

A luta das mulheres em busca da libertação dos maridos acusados e presos é relatada por diversas pessoas. É o caso da esposa do Sr. Paul Raminger, de Mondai, que foi preso e torturado:

Logo que soube do marido preso em Itapiranga, montou a cavalo, levou roupa limpa para ele, apenas falou poucos minutos com ele, rodeados por 3 policiais armados. Fez questão de trazer a roupa usada como estava, para guardar como a recebeu: manchada de sangue e furada de punhal (Heinen, 1997, p. 172).

Como não conseguiu libertá-lo, foi juntamente com as esposas de dois outros presos a Porto Alegre e depois a Florianópolis, onde obteve alguns resultados, de acordo com Heinen. Após o retorno de Florianópolis, as três senhoras foram intimadas a se apresentar na Delegacia

Regional em Chapecó, onde foram ameaçadas com oito dias de prisão pelo delegado, “se não desmentissem as ‘queixas falsas e mentirosas’ que alegaram. Elas protestaram, nada desmentiram e optaram pelos oito dias de prisão. Ouviram palavrões, mas ficaram em liberdade” (Heinen, 1997, p. 174).

Uma das prisões mais comentadas na comunidade de Itapiranga foi a de Antonio Kliemann, ex-líder integralista da região. Essa prisão gerou uma série de interrogatórios e torturas de outros membros da comunidade de Itapiranga e de Mondai. As atrocidades cometidas contra ele foram as piores possíveis, de acordo com diferentes relatos, e acabaram culminando no seu suicídio vários anos depois. A luta de sua esposa, Emília Morais Kliemann, é relatada, entre outros, pelo padre Luiz Heinen, que a entrevistou em 1987. Quando nós a entrevistamos em 1998, ela contou que migrou em 1928, de Montenegro (RS) para Itapiranga, onde se casou com Antonio Kliemann. Por ocasião da entrevista, as imagens da prisão do esposo ainda estavam muito presentes em sua memória – embora ela já estivesse numa fase em que as lembranças eram somente dos aspectos positivos do falecido e das injustiças a que foi submetido. Lamentou que as atuais gerações pouco conhecessem da história de vida de um dos pioneiros da comunidade. Ela era considerada pelas mulheres que entrevistei como um ícone de resistência e de defesa contra as atrocidades cometidas no período. Enfrentava sem medo as autoridades, como ela mesma lembrava: “E fazia-me valer. Quantas vezes o Ely Machado e os policiais ameaçaram bater-me, por minhas reclamações justas. Mandavam calar a boca, mas eu falava tanto mais. E ninguém pôs a mão em mim”. Logo após, comenta: “Por diversas vezes me intimaram a acompanhá-los à noite para a delegacia a fim de dar depoimento ou prestar informações – Nunca fui de noite” (Heinen, 1997, p. 179-180).

Marlene de Fáveri, em seu livro *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*, afirma que “silenciar: era o verbo para se protegerem de denúncias e problemas com a polícia local...” (Fáveri, 2004, p. 114). De uma forma bastante peculiar, muitas pessoas foram obrigadas a não se expressar verbalmente, porque o único idioma que conheciam, alemão ou italiano, não poderia ser utilizado. Era mais do que uma censura, era o que Eni Puccinelli Orlandi define como “silêncio fundador” (Orlandi, 1995, p. 23-24). Silêncio, alerta a autora, tão ambíguo quanto as palavras, já que se produz em condições específicas

que constituem o seu modo de significar. E, além disso, “impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso” (Orlandi, 1993, p. 105).

É interessante observar que as táticas usadas para delação ou vigilância eram idênticas em todas as regiões do estado. Marlene de Fáveri observa, na fala de Maria Dallabrida, de Rio dos Cedros, como estas se davam inclusive nos espaços privados (o que é similar ao que disseram as nossas interlocutoras):

Dava medo, porque qualquer pessoa que falasse uma palavra em alemão, italiano, pronto era preso! E tinha pessoas que espionavam de noite, escutavam na janela para ouvir a conversa. Lá na nossa região tinha o Inspetor de Quarteirão, e ele entregava todos. Tinha um vizinho que também espionava (Fáveri, 2004, p. 114).

Retornando à nossa região de pesquisa, Ledvina Michels, que migrou ainda criança junto com os pais, João Albino Finger e Verônica Rech Finger, em 1928, como uma das três primeiras famílias provenientes de Cerro Largo, no Rio Grande do Sul, a aportar em Porto Novo, recorda:

Aqui também, na cidade, as polícias andavam de noite sempre, sempre perto das casas. Uma vez eu estava doente, você sabe como era a nossa casa, a gente tinha que ir primeiro na área, daí passava pelo corredor e só então na sala, eu estava doente, e me fiz um chá, e daí uma pessoa parou na janela, espiando. E o meu irmão veio da casa da namorada dele e viu isto, e quando ele chegou perto de casa meu irmão viu, era um policial ele queria levar o meu irmão preso. Então o meu irmão disse assim: – “Oh Pai”, meu pai pulou da cama, pegou o revólver e foi para fora e então ele se ajoelhou na frente do meu pai e pediu perdão (Michels, 1998).

Outra pessoa que se lembra dessa invasão de privacidade e de imposição de censura é Elvira Clara, nascida no Brasil, cujos pais, Arnaldo e Clara Engel, emigraram da Alemanha em 1926. Durante o Estado Novo, a família residia em Joaçaba. Ela descreve a questão do controle da seguinte forma:

Pois os filhos desses alemães que moravam aqui, ninguém mais falou alemão, não falavam porque as crianças não podiam... não abriam nem a boca para falar, porque se viesse alguém e escutava já mandava prender. Então as crianças falavam o português mesmo e se os velhos não sabiam, não falavam, ficavam mesmo quietos ou explicavam assim, através de gestos, ou escreviam, cochichavam dentro de casa... Muitas famílias tinham o porão e era escutado se eles falavam (Nering, 1996).

Competia às mulheres a vigilância sobre as crianças para que não falassem alemão. Se não soubessem a língua portuguesa, evitavam sair em locais públicos e, mesmo dentro de casa, também tinha de haver controle, como pudemos constatar nas diferentes falas das nossas interlocutoras.

Mulheres corajosas e seguras de si acabavam enfrentando a situação com firmeza e convicção, como nos mostra Diva Lambert Scheufele, que em 1924, aos 11 anos de idade, migrou com os pais do Rio Grande do Sul para o município de Joaçaba:

A Gisela tinha sete anos e, não, a Gisela tinha cinco anos e o Günter três e só sabiam falar alemão. Daí o Opa ia passear com eles daí ele voltou, não posso mais sair, porque o Günter falava alto e queria saber tudo, né? Mas eu nunca tive medo, porque eu disse pra muitos: eu falo alemão quando eu quero, sou brasileira, nasci aqui e o nosso governo agora quer exigir que nós falemos brasileiro, ponha primeiro escola e nos ensina, depois pede. Ninguém me respondeu. Aqui ficou só ele, o velho Ristoff, e o velho Klich. Não foram presos não sei por que, mas tinham as malinhas prontas (Scheufele, 1996).

Aspectos antes considerados banais, como fazer compras usando a língua alemã ou italiana, estavam se tornando momentos de aflição para aquelas que não sabiam a língua portuguesa. Em alguns momentos dependia de negociação com as autoridades, de acordo com o grau de influência do comerciante:

Eu trabalhava na firma Bonato, naquela época, e eu tive licença para falar o alemão, porque tinha bastante colono que vinha fazer



compras e não sabiam o português. Então o Bonato foi na delegacia, tirou uma licença para uma das caixeiras poder falar a língua alemã e pôs em cima assim em frente da porta do escritório, que a caixeira assim, pode falar, não gritar no balcão, mas conversar com elas o que gostariam de comprar (Nering, 1996).

A cobrança por parte de diferentes autoridades, mesmo não policiais, acontecia frequentemente, em especial nas sedes dos municípios, onde havia um controle maior, como no caso comentado acima, cujo desfecho foi lembrado por Elvira Clara:

[...] Chegou até um senhor no balcão, coletor aqui da cidade, e perguntou para mim: “menina, você não sabe que é proibido falar alemão? Digo: sei que é proibido, mas eu posso falar com o freguês aqui. Não pode não, diz ele. [...] Então o senhor vai comigo até o escritório e esclarece com o senhor Orestes Bonato [...] Aí ele se desculpou e eu continuei falando, mas só ali no balcão e bem baixinho, o que era necessário (Nering, 1996).

É interessante analisarmos aqui não somente a recriminação e a cobrança do coletor da cidade devido ao emprego da língua alemã, mas também as medidas paliativas encontradas pela sociedade, nesse caso específico, pelo comerciante, de origem italiana, que, com o apoio do poder público municipal, para não perder a sua clientela, conseguiu uma licença para o emprego da língua alemã no interior da sua loja dentro de parâmetros de discrição e sem alardes.

O controle sobre a vida privada das pessoas residentes nas áreas mencionadas era quase por completo. As horas de lazer deixaram de existir da forma que eram antes, tendo em vista que a vigilância sobre essas pessoas era de 24 horas. Ledvina recorda: “– Na cidade, eu morava naquela vez na cidade, lá de noite um rapaz não podia sair mais, nem podia mais visitar a namorada, eles pegavam...” Mas para as jovens mulheres era ainda mais complicado: “Mas aqui na cidade as meninas não podiam mais ir no baile...”

Questionamos se era porque não falavam português, e a resposta dada deixa claro o que estava acontecendo: “Não é por causa disso. Era por causa dos soldados eles pegavam elas e não soltavam mais e o namo-

rado ficava olhando...” (Michels, 1998). Restava a elas permanecerem em casa abrindo mão de seus momentos de lazer em comunidade. Já haviam abandonado canções, rezas, danças, e quem sabe amores que não se concretizaram por falta de convívio.

Mais adiante, Ledvina relembra que: “Nem podia mais falar alemão em casa...” E quando a questionamos como faziam, ela respondeu: “Não falava nada, ficavam quietos. Onde nós morávamos na cidade a estrada passava que nem aqui, nós tínhamos que ficar quietos...” (Michels, 1998).

## Considerações finais

Este trabalho teve como ponto de partida os relatos de mulheres de origem alemã que vivenciaram o Estado Novo no Oeste de Santa Catarina e lembram o que esse período representou na vida delas e da sua comunidade.

A repressão psicológica, muitas vezes, pode parecer sutil e aparentemente não deixar marcas profundas. Esse não é o nosso entendimento, porque para as pessoas que viveram no período de institucionalização de uma memória pública nacional, em detrimento da memória individual e local, significou a perda de muitas coisas que lhes eram caras e que não retornam mais, a tal ponto de muitas das mulheres terem deixado essas lembranças no fundo do baú, que só vieram à tona quando provocadas a lembrar. E a exclamar: “Deus este tempo era difícil, se as pessoas hoje soubessem... como isto aconteceu...” (Dietz, 1998).

## Entrevistas

DIETZ, Maria. Entrevista concedida a Eunice S. Nodari. Itapiranga, 18 de junho de 1998.

Acervo do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da UFSC.

GOERCK, Maria L. Entrevista concedida a Eunice S. Nodari. Itapiranga, 18 de abril de 1998. Acervo do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da UFSC.

KLIEMANN, Emília Morais. Entrevista concedida a Eunice Sueli Nodari. Itapiranga, 18 de abril de 1998. Acervo da autora a pedido da entrevistada.

MICHELS, Ledvina. Entrevista concedida a Eunice S. Nodari. Itapiranga, 18 de junho de 1998. Acervo do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da UFSC.

NERING, Elvira Clara Engel. Entrevista concedida a Josias Ricardo Hack. Joaçaba, abril de 1996. Acervo da UNOESC de Joaçaba.

SCHEUFELE, Diva Lambert. Entrevista concedida a Flavia Mergener. Joaçaba, julho de 1996. Acervo do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da UFSC.

## Referências bibliográficas

- CAMPOS, Cynthia M. *Controle e normatização de condutas em Santa Catarina (1930-1945)*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.
- D’AQUINO, Ivo. *Nacionalização do ensino: aspectos políticos*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1942.
- FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Itajaí/Florianópolis: Ed. Univali/Ed. da UFSC, 2004.
- GILLIS, John R. (Ed.). *Commemorations: the politics of national identity*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- HEINEN, Luiz. *Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina: aspectos sócio-políticos-econômicos e religiosos*. Joaçaba: UNOESC, 1997.
- JUNGBLUT, Roque. *Porto Novo: um documentário histórico*. Itapiranga: SEI-FAI, 2005.
- MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- NODARI, Eunice Sueli. *Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*, n. 10, dez. 1993.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. 2. ed. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.
- SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. In: *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 19, set. 89/fev.90.
- \_\_\_\_\_. *Theatres of memory: past and present in contemporary culture*. Londres: Verso, 1996.
- SCHWADE, Albino Pe. S. J. *Pesquisa histórica*. Resumo histórico sobre Itapiranga tendo por base os Livros Tombo e Diários da Casa Canônica. (Manuscrito, 1977).

**Resumo:** A criação de uma memória pública nacional durante o governo Vargas no Oeste de Santa Catarina coincidiu com o período de colonização da região por imigrantes e migrantes de origem alemã e italiana. Por meio da metodologia da História Oral, registraram-se histórias de vida de mulheres que vivenciaram o período, dando um novo enfoque ao tema. Até então, permaneciam nas lembranças e nas marcas do tempo, como é relatado por elas. Tal momento histórico dificultou que as etnias recém-instaladas estabelecessem referenciais rígidos de sua cultura étnica, levando-as muito mais a um processo de renegociação da etnicidade, deixando de lado valores sociais e culturais que lhes eram caros.

**Palavras-chave:** memória pública; ditadura; imigrantes alemães e descendentes; mulheres.

**Pain of forgetfulness: the marks of President Vargas Dictatorship in the West of Santa Catarina**

**Abstract:** A national public memory was constructed during the Government of President Vargas at the same period that Germans, Italians and descendants were settling in the West of the State of Santa Catarina. Through the methodology of Oral History were made interviews with women about their memories of the period, showing a new focus to this issue in history. They remember points that were only in their memories and resting on the marks of their lifetime. As a consequence of the special historical context these ethnic groups could not make visible their ethnic identity, the moment called for a renegotiation of the group's ethnicity, leaving aside important social and cultural values of their lives.

**Keywords:** public memory; dictatorship; German immigrants and descendants; women.